

EDITORIAL

Nada será como antes, mas tem tudo para ser melhor

Alexandre Pelegi
Editor



Grandes cidades do mundo buscam se adaptar ao uso cada vez mais massivo de meios de locomoção alternativos. Isso inclui desde a adoção de políticas com foco em energia limpa, até projetos ousados de compartilhamento do espaço público. Cidades como Paris, Londres e Nova York estão paulatinamente fechando suas ruas aos carros, o que requer uma alteração vigorosa nos usos e costumes das pessoas. Ao longo do tempo construímos nossas cidades para atender às necessidades ditadas por hábitos que então simbolizavam o progresso e a modernidade, encarnados principalmente no uso livre e extensivo do automóvel. Pois essas escolhas, antes aparentemente revolucionárias, representam hoje a vanguarda do atraso.

Melhorar a vida das cidades compreende uma gama enorme de ações vinculadas a benefícios palpáveis para seus moradores. É um leque que abrange desde a melhoria das condições de saúde pública, a mobilidade urbana como qualificação necessária do tecido urbano, até um incremento significativo das condições ambientais. O resultado são cidades melhores que se tornam mais produtivas e economicamente viáveis, o extremo oposto da realidade que ainda vivenciamos nas metrópoles brasileiras.

No Brasil, a toada não tem sido diferente, apenas modulada num ritmo menos frenético do que gostaríamos. Se por aqui as ações do estado e dos gestores públicos ainda são tímidas em muitos casos – graças em boa parte às reações dos que não admitem perder privilégios –, a boa notícia é que do lado da sociedade pode-se observar uma mobilização crescente e organizada por melhorias urbanas em diversos níveis. Discutir transporte público, o que até outro dia restringia-se a questões específicas como valor da tarifa, modos de

locomoção, questões de trânsito etc., hoje requer não só várias formas de abordagem, como ainda uma compreensão mais global do significado das cidades a partir da vida de seus moradores. Ou seja, a pauta da mobilidade humana foi esgarçada pela ação da sociedade, que percebeu não sem tempo que precisa e quer participar dos destinos dos locais onde moram e trabalham.

Se em 2013 a pauta do setor parecia presa a movimentos que lutavam por redução tarifária nos grandes centros urbanos, hoje queda evidente que há (como já havia) na sociedade outras formas de preocupação. Estas surgem agora não somente mais profundas e complexas em suas propostas, como trazem no bojo a ampliação da ferramenta da proatividade em substituição à negação pura e simples do protesto social.

O 20º Congresso da ANTP, que acontecerá no próximo junho em Santos – portanto apenas dois anos após as passeatas que, bem ou mal, colocaram a questão da mobilidade no centro dos principais temas urbanos –, retratará esta mudança tão significativa. Como o poder público pode se apropriar desta energia que nasce das ruas e avenidas para avançar na pauta de mudanças? Como os gestores públicos podem finalmente apoderar agentes sociais como agentes da mudança?



www.antp.org.br